

FAMÍLIA E PODER: ENTRE O MICRO E O MACRO – ONDE FICA A COMUNIDADE DO VALE DAS DUNAS DO ABAETÉ?

Osvalnice Seixas Romani ¹

RESUMO: *O tema central deste estudo trata de família e poder, tentando fazer uma articulação entre a micro e a macro estrutura social a partir da realidade da família de “classe popular”, num bairro da periferia de Salvador. Inserindo-se na linha de pesquisa família e sociedade, procura compreender as relações entre o micro e o macro poder e sua expressão junto à família, articulada com a questão de gênero e etnia. Analisa elementos de manutenção e de mudança na estrutura do poder na família e a contribuição dos estudos feministas para a construção de relações mais democráticas. Teoria e prática são entendidas como aspectos inseparáveis do processo de conhecimento. Este processo se desenvolveu através da revisão bibliográfica e da pesquisa de campo, destacando-se a pesquisa documental e a coleta de dados empíricos. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas com trinta famílias da Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté, no período de 2000 a 2003, realizando-se um estudo mais qualitativo com um grupo de dez famílias. A definição de questões prioritárias favoreceu na orientação da pesquisa e na construção teórica do problema. Conclui-se que as representações de gênero com o seu recorte de classe e etnia, contribuem para a construção e o exercício do poder na família e que os movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para a questão de gênero, vêm oportunizando a construção de relações mais democráticas na família.*

Palavras-chave: Gênero; Família; Poder.

INTRODUÇÃO

Propõe-se neste trabalho analisar a família e sua relação com o poder, tentando fazer um embate entre o micro e o macro poder e sua articulação com a Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté na periferia de Salvador. O presente estudo se fundamenta em dois vetores analíticos: o de compreender as relações entre o micro e o macro poder e sua expressão junto à família de “classe popular”, articulada com a questão de gênero e etnia e o de identificar elementos de manutenção e de mudança na estrutura de poder na família e a contribuição dos estudos feministas para a construção de relações mais democráticas na “família de classe popular”.

Dois hipóteses orientam o estudo realizado:

- ✓ as representações sobre gênero articuladas historicamente nas relações sociais mais amplas e nos micro-espacos sociais contribuíram para a construção e o exercício do poder na família.
- ✓ os movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para a questão de gênero, vêm contribuindo para a construção de relações sociais mais democráticas e solidárias na família.

O interesse por este estudo nasceu da experiência profissional da autora como docente e supervisora de estágios no curso de graduação de Serviço Social da UCSal.

¹ Professora adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Salvador - UCSAL, Mestre em Ciências da Família pela Universidade de Latrão, Roma e em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador.

A Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté fica localizada no bairro de São Cristóvão, na periferia de Salvador, à margem direita da Avenida Paralela, no sentido aeroporto Luiz Eduardo Magalhães, Centro da Cidade.

A escolha desta Comunidade para pesquisa foi resultante de uma inserção prévia na realidade, através do trabalho profissional. A pesquisa de campo foi realizada entre 2000 e 2003, e, no período de 2004 a 2005, sendo mantidos contatos diretos com moradores da Comunidade o que permitiu um aprofundamento das reflexões que orientam este estudo. O levantamento de documentos sobre a Comunidade produzidos pela Conder, em 1997, permitiu traçar um perfil sócio-econômico da mesma em seu processo histórico, tendo acesso às informações contidas no cadastramento de 1114 unidades habitacionais e nas 964 entrevistas realizadas por esta instituição no período acima mencionado. A pesquisa de campo permitiu dimensionar melhor a problemática, entrevistando-se trinta famílias da Comunidade e realizando um trabalho mais qualificado com um grupo de dez famílias. O núcleo de questões formuladas nas entrevistas semi-estruturadas permitiu um melhor conhecimento da dinâmica familiar, relacionada aos padrões de manutenção e de mudança na estrutura deste grupo. Outras questões voltaram para o processo deliberativo, sobre a socialização de crianças e as condições de construção e exercício do poder na família, bem como a compreensão de como a mulher se integra em movimentos sociais mais amplos de mudança e de resistência.

Na discussão sobre a construção do conhecimento, parte-se do entendimento que o mesmo é cumulativo, tentando entender os limites e possibilidades deste estudo. Procura-se ultrapassar o olhar do senso comum e romper com o imediatismo e a generalidade.

Faz-se um recorte na sociologia feminista, interagindo-se com a realidade da família de “classe popular”, articulada com os macro-processos societários. Busca-se analisar a relação entre “classe popular” e pobreza a partir do conhecimento da realidade, bem como a conexão entre exclusão social e pertencimento a determinados grupos sociais de gênero e de etnia. Introduce-se, ainda, o estudo do poder como categoria de análise, destacando a contribuição de Foucault (1976), de Marx e Engels (1970) e de Cunha (1987) ao conceito de etnia.

Esta análise relaciona-se com a crítica de Safiotti (1992) à ciência androcêntrica, quando pontua que existem distintas perspectivas de classe, de etnia e de gênero, cujas contradições precisam ser superadas. Ainda na discussão do poder na literatura feminista, são articulados os debates de Luna (1996) sobre o poder em Foucault (1976) e de Castro (2002), quando analisa a pluralidade da classe trabalhadora no que se refere à sua situação em termos de exploração e subordinação, chamando a atenção para o estudo do cotidiano e das relações diversas entre explorados.

O estudo sobre a família e seu recorte de gênero pretende entender as suas novas configurações, apresentando alguns elementos analíticos sobre a realidade de famílias trabalhadoras a partir de sua relação com o cotidiano e com as questões macrosociais que o permeiam. A análise dos dados empíricos tenta responder às questões formuladas inicialmente e às hipóteses levantadas neste trabalho. Colabora, nesta discussão, os estudos de Durham (1982) quando se refere à contribuição da rede de parentesco para a satisfação das necessidades básicas do grupo familiar, Fukui (1998), ao analisar a persistência e as mudanças dos padrões de comportamento e autoridade na família, e Castro (1992), ao referir-se que o conceito de gênero é aberto e problematizado, possibilitando um novo conhecimento da vida social, ao discutir o corpo, o masculino, a etnicidade e o desejo.

Traz a discussão de Chauí (2000) sobre a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e estratégias de superação. Assinala-se a importância do movimento feminista na apreensão-reflexão da realidade e na construção de categorias explicativas e propositivas, incrementando mudanças no contexto social e cultural. Procura, portanto, identificar a existência de outros fenômenos na dinâmica familiar e comunitária a partir dos dados empíricos, analisando

as relações entre monoparentalidade e pobreza e as várias formas de sociabilidade onde estas famílias se inserem, inclusive a solidariedade vicinal. Estuda a questão da monoparentalidade e seu recorte de gênero e etnia, considerando que a maioria das famílias são chefiadas por mulheres afrodescendentes, discutindo os desafios à participação política da mulher, em frente destas problemáticas.

São apresentadas algumas considerações preliminares e perspectivas que se abrem aos estudos de gênero, considerando a multiplicidade e singularidade de grupos sociais pauperizados que sobrevivem na periferia dos grandes centros urbanos.

I – POSICIONAMENTO TEÓRICO

A construção teórica deste trabalho fundamenta-se na contribuição dos estudos feministas para o tema, partindo do entendimento que a característica básica da ciência contemporânea é a ruptura entre o conhecimento científico e o conhecimento do senso comum e que a realidade não é pronta e acabada, mas está sempre em processo de construção. Bachelard (1934) analisa o caráter inovador do espírito científico contemporâneo, destacando que a reciprocidade entre o racional e o real permite dialetizar o pensamento e esclarecer a experiência. Isso significa a necessidade de conceber os objetos em movimento, ultrapassando os hábitos racionais nascidos do conhecimento imediato e da ação utilitarista.

Parte do princípio de que o conhecimento é cumulativo, não tendo a pretensão de ser exaustivo e completo. Vai se deter mais na perspectiva de gênero e suas mediações com a classe e a etnia. A diversidade de problemáticas observadas na Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté se expressa de múltiplas formas, como: violência do homem contra a mulher, violência de ambos contra os filhos, discriminação associada à questão de gênero, de classe e de etnia. O desafio colocado é como fazer um recorte teórico-metodológico para uma melhor compreensão da realidade, articulando microprocessos de ação social com a macroestrutura. Haguette (1992) ajuda nesta reflexão quando analisa que não existe uma teoria evidente nas Ciências Sociais e que a opção por um referencial teórico se faz à base da maior plausibilidade que ele oferece ao pesquisador.

Para Santos (2000), o feminismo questionou o marxismo por olvidar outras formas de construção da subjetividade, principalmente as discriminações sexuais. Refere-se à controvérsia que percorre não apenas o marxismo, mas toda tradição sociológica entre os que privilegiam a ação e as práticas, a sociologia fenomenológica e interacionista e os que privilegiam as estruturas como a tradição parsoniana.

Na realidade do Vale das Dunas do Abaeté, registram-se, notadamente, pessoas de “classe popular” e afrodescendentes que passam por um processo crescente de exclusão sócio-econômica e política. Compartilham não só a precariedade de recursos financeiros, mas atitudes, valores, interesses imediatos, concepção do mundo e sentimentos. Existe uma noção espacial de pertencimento a um determinado grupo social, embora as pessoas nem sempre se mobilizem como classe na defesa de seus direitos. Entretanto, os moradores desta Comunidade se organizaram na luta pelo direito de morar, pela conquista do espaço urbano, numa área privilegiada pela especulação imobiliária.

Para Safiotti (1992, p.206), “rigorosamente não existem fronteiras para as relações humanas, sejam elas de gênero ou de classe, uma vez que elas são constitutivas umas das outras, fundindo-se numa simbiose de lógica contraditória”. Foi possível observar que a maioria dos moradores da comunidade do Vale das Dunas do Abaeté se percebe, ou se identifica como “pardos” ou “morenos” e não se coloca como negros ou afrodescendentes. Quando se referem ao “branco”, costumam articular com as pessoas de “posse” ou que têm dinheiro. Uma mulher da

Comunidade, de aproximadamente trinta anos de idade, desabafou: “trabalho na casa da branca, de sol a sol, para trazer comida para dentro de casa”.

Cunha (1987), ao falar sobre grupos étnicos, diz que eles se distinguem de outros grupos, na medida em que se entendem a si mesmos e são percebidos pelos outros como portadores de uma cultura ou de uma outra tradição. Percebe-se, naquele grupo, traços de uma cultura popular, permeada pela solidariedade e pelo cultivo da ajuda mútua entre vizinhos. Tendem a desenvolver uma solidariedade intraclasse, no encaminhamento e solução de seus problemas mais imediatos e na luta pela sobrevivência.

No levantamento de dados empíricos, houve a prevalência de famílias chefiadas por mulheres, vinte e oito em trinta famílias. A realidade se apresenta com uma dinâmica própria, considerando que a figura do homem é passageira e que a mulher sozinha cuida de filhos de vários pais que abandonaram o grupo familiar.

É ainda Safiotti (1992) quem vincula o conceito de poder à classe social e ao exercício de sua missão histórica, tentando, contudo, atribuir às relações de gênero o mesmo estatuto teórico conferido às classes sociais. A condição e a emancipação da mulher ocuparam um lugar de destaque no pensamento e na estratégia dos revolucionários marxistas. Marx e Engels (1970) consideram que a primeira divisão do trabalho se deu entre o homem e a mulher na criação de filhos, tarefa destinada à mulher. Com a propriedade privada, os homens passaram a ser donos do poder, e as mulheres ficaram submissas e excluídas. Safiotti (1992) refere-se ao caráter contraditório desta análise ao afirmar que a primeira opressão de classe se deu com a opressão do sexo masculino sobre o feminino. Considera que o isolamento doméstico e a dependência econômica são produtos do casamento, da família e das relações que estas instituições impõem às mulheres na sociedade.

No processo histórico, o conceito de poder vem sendo acrescido de outros significados. Foucault (1985) refere-se ao poder como uma rede de mecanismos ou dispositivos que, através do controle, busca a integração em torno de um objetivo. Foucault (1976) analisa a existência de constelações dispersas do poder e de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de forças. Esta concepção do poder permite a análise do fenômeno em pauta quer em nível macro, quer em nível micro, subsidiando o conhecimento da linguagem e a interiorização de determinados papéis sociais pela família e outros grupos sociais.

Valcarcel (1995) destaca o papel subsidiário dos movimentos de vanguarda ao buscar a liberação das mulheres dentro de propostas globais, criticando a vida cotidiana, buscando a autoconsciência e criando novas práticas sociais de resistência. A questão central da subordinação da mulher é entendida sob a ótica de classe, decorrente da maneira como as sociedades se organizam e se estruturam para produzir bens econômicos na divisão social e sexual do trabalho. Segundo Stolcke (1989), o pensamento marxista contribuiu para desmistificar a confusão entre o natural e o histórico.

As análises de Mouffe (2001) se voltam para o pensamento antiessencialista, procurando elaborar uma política feminista fundamentada num projeto democrático que ela chama de radical. Opõe-se à visão de algumas feministas quando afirmam que não é coerente estabelecer as bases de um movimento político feminista onde as mulheres se uniriam como mulheres para formular e perseguir objetivos estritamente feministas. Defende uma cadeia de equivalência para criar uma articulação entre as reivindicações das mulheres, dos negros e dos homossexuais. Varikas (1994) critica estas abordagens, afirmando que o movimento feminista, ao esclarecer a natureza da dominação de gênero como produção das relações de poder, não questionou o tipo de ligação existente com o poder político. É preciso introduzir uma reeleitura sistemática da teoria política moderna, não se prendendo apenas na natureza política dos antagonismos de sexo, mas no caráter constitutivo do político em si mesmo.

Esta discussão subsidia o conhecimento da família pesquisada, na dinâmica de exclusão, como grupo oprimido e discriminado e sem autonomia para conduzir o seu próprio projeto de vida. A contribuição de Varikas (1994) possibilita a compreensão que as mulheres não formam um todo homogêneo ou harmônico. Elas reagem de forma diferenciada pelo fato de serem pobres ou ricas, brancas ou negras, eruditas ou analfabetas. Entende-se, pois, que os espaços do poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro do que no plano macro. É possível compreender, nos estudos de gênero, que as relações afetivas e domésticas, a linguagem e o cotidiano, os costumes estão intercambiando relações de poder. A subjetividade é considerada como uma construção histórica e pode revelar aspectos fundamentais das relações de gênero. Este poder nem sempre é percebido como forma de dominação. No campo simbólico, Bourdieu (1989, p. 7-8) considera como aquele “[...] poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Na análise deste autor, os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação.

Portanto, no estudo dos microprocessos sociais, não se pode subtrair a crítica à autoridade arbitrária, nem às estruturas sócio-econômicas geradoras das desigualdades. A sociologia feminista, diz Machado (1992), tem contribuído na discussão entre gênero e poder, gênero e trabalho, gênero e família, gênero e classe, criticando a maneira de perceber estas relações desconectadas de outras relações, como as de complementaridade, de apoio e de afeto entre os membros da família. Existem também diferentes poderes dentro das relações femininas; mulheres oprimem outras mulheres; é preciso superar o feminismo da dominância masculina.

Castro (2002) coloca a questão da pluralidade da classe trabalhadora e a necessidade de compreender o cotidiano na sua diversidade. As categorias sociais como gênero, raça e geração são sustentadas, por sistemas de privilégios que as codificam por sexismo, racismo e discriminação por idade ou classe social. As chamadas “atribuições femininas”, ou mais especificamente, “tarefas da mulher”, fazem parte do cotidiano vivido por aquelas famílias, objeto deste estudo. As meninas são educadas de forma diferente dos meninos, para serem “boas donas de casa” e cuidarem dos filhos no futuro. Esta socialização se fundamenta em experiências acumuladas e interiorizadas no seio da família.

Scott (1990) refere-se a várias abordagens utilizadas pelas historiadoras feministas na construção de suas metas: a primeira consistiu num esforço para explicar as origens do patriarcado; a segunda se coloca no seio da tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas, enquanto a terceira se inspira nas diversas escolas da psicanálise para explicar a produção e reprodução da identidade de gênero no sujeito.

Compreende-se que a sexualidade não é forjada no seio da família, como analisa Safiotti (2002), mas como resultante de um processo de conquista-imposição da identidade de gênero impregnado em todo o sistema social, considerando, contudo, que as relações sociais se inscrevem no plano entre pessoas. Daí a necessidade de transitar entre o plano micro e macro para compreender a dinâmica social.

Para Rubim (1975) apud Safiotti (1992) o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos pelo qual a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. Esta concepção se denominou de “fundacionalismo biológico”, ao relacionar biologia e socialização, corpo e comportamento. Indicam as diferenças e semelhanças em relação ao determinismo biológico e não respeitam as diversidades culturais. A Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté, com sua especificidade e culturas próprias, não poderia ser interpretada de forma tão generalizante e equivocada. É preciso analisar as construções sócio-culturais, não se prendendo apenas na diferença física. Scott (1990) aponta os avanços nestas reflexões, afirmando que parece existir uma perspectiva sintética,

tentando explicar continuidades e descontinuidades das desigualdades persistentes e das condições sociais que são radicalmente diferentes.

Assim, para compreender as relações entre o micro e o macro poder, este estudo se volta para a família de “classe popular”, pauperizada, procurando identificar fatores de manutenção e de mudança nas relações no interior do grupo familiar.

II – FAMÍLIA E PODER: O EMBATE ENTRE O MICRO E O MACRO

Quando se fala em família, é preciso contextualizá-la para não se prender em generalizações que não respondem à realidade concreta. Ao estudar a família de “classe popular” e suas relações com o poder, não se pode fazer de forma dissociada das relações estruturantes de classe e etnia existentes na sociedade brasileira.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, do século XX, os temas da pobreza e da sobrevivência foram constantes na pesquisa sociológica. Buscava-se focalizar um cenário de precariedade de recursos materiais onde sobrevivem indivíduos e famílias. Para Durhan (1976), a família e a rede de parentesco no Brasil muito contribuíram para a satisfação das necessidades básicas de seus membros, através de diferentes formas de inserção no mercado de trabalho e de solidariedade grupal. Cada vez mais, a sobrevivência familiar vai exigindo o trabalho dos filhos, ainda crianças.

Da mesma forma que se defende que não existe uma identidade coletiva das mulheres que perpassa diferentes coletivos, também, não se pode homogeneizar a família, devendo-se considerar as histórias específicas e os contextos onde se inserem. Fukui (1998) procura definir família, apresentando várias perspectivas em que o tema é abordado. Há diferentes recortes, entendendo-a como unidade doméstica, como instituição ou como ideologia. Como unidade doméstica, ela se preocupa, sobretudo, com as condições materiais de sobrevivência, como: comer, vestir, abrigar. A família, como instituição, possui regras e normas, construídas historicamente e referendadas no direito costumeiro e na legislação. Há um conjunto de valores definidos como ideologias, prescrições, imagens, estereótipos, representações, que incorporam o seu conceito.

Na Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté, foi possível identificar famílias monoparentais em maior número, bem como unidades ampliadas com outros componentes. A mulher é a principal provedora do grupo, tendo o apoio dos filhos, que muito cedo começam a contribuir com o seu trabalho. A baixa escolaridade das pessoas entrevistadas conjuga com os ínfimos salários, não garantindo à família as condições de sobrevivência.

Carvalho (1982) assinala a forma precária e desqualificada como os setores populares se inserem no processo produtivo, revelando uma crescente exploração. As relações de produção se voltam para a formação de um trabalhador produtivo, submisso, ordeiro que respeite a autoridade e a hierarquia e sempre pronto para cumprir ordens e executar tarefas. Dentro desta lógica de submissão, é possível identificar como as macroestruturas sociais no mundo do capital se voltam para a exploração e dominação da força do trabalho.

Fukui (1998) refere-se ao processo de mudança ocorrido na família com o advento do planejamento familiar, com o desaparecimento da figura de filhos ilegítimos na legislação brasileira e com a lei do concubinato que, ao reconhecer direitos às uniões consensuais, dissocia a sexualidade do casamento. Assim, os sistemas teóricos de controle e de dominação da família e da sexualidade da mulher vão perdendo a sua força e legitimidade.

Para Castro (1992), o conceito de gênero traz um novo patamar no campo da produção científica. Ele possibilita um novo conhecimento da vida social, levantando questões, discutindo

o corpo, o masculino, a etnicidade e o desejo. Contribuí para o desenvolvimento do pensamento crítico, tanto no movimento de mulheres como na academia contemporânea.

Na Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté, é possível identificar uma família relativamente jovem com uma faixa etária predominante de vinte a quarenta anos. Dezesesseis em vinte e oito mulheres entrevistadas trabalham como domésticas e seis, como faxineiras. Quinze famílias entrevistadas recebem menos de um salário mínimo. As duas famílias que ganham mais de dois salários mínimos são aquelas chefiadas por homens, estando estes trabalhando no mercado de trabalho formal. A dimensão da pobreza se aprofunda quando se vincula monoparentalidade a sexo e etnia. Lopes & Gottschlk (1990) analisam que as famílias chefiadas por mulheres estão em situação estruturalmente mais precária do que aquelas que têm um chefe masculino presente, diante da diferença da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Quanto à composição familiar, foi possível observar a predominância de famílias com um a dois filhos, seguida de três e quatro filhos. Há uma pluripaternidade e a diminuição do número de filhos em mulheres mais jovens. Há pessoas agregadas à família como netos, cunhados ou primos. Muitas mulheres se sentem mais livres após a separação, dizendo que o seu antigo companheiro tomava conta do dinheiro que elas recebiam, sendo este o principal motivo das brigas e conseqüente separação. Utilizavam técnicas violentas para impor a sua vontade. Dezesesseis mulheres informaram que já sofreram violência por parte de seus ex-companheiros, predominando a física e tendo dois casos de agressão sexual. Na reunião com o grupo de famílias, uma jovem mãe assim se expressou: “o meu companheiro quando bebia se tornava violento e descontava todos os problemas em mim e em meus filhos. A gente só fazia chorar ou correr, pois ele era muito forte e violento”.

Tem razão Varikas (1994) quando fala da contribuição do movimento feminista ao denunciar o caráter estrutural da dominação oculta e reproduzida através de instituições poderosas como a família e a moral burguesa. Os dados empíricos indicam que a mulher está mais consciente de seus direitos, fazendo denúncia e se preocupando em resolver a situação de vítima da violência doméstica.

Para Chauí (2000) existe um conjunto de imagens ou representações que procuram justificar a realidade concreta. Muitas vezes a vítima não denuncia o seu agressor por acreditar na inoperância dos órgãos públicos no encaminhamento da questão. As mulheres entrevistadas tinham representações diferentes acerca da violência sofrida. Disse uma mãe: “eu tinha medo dele ir preso e eu pegar um pior”. E ainda: “ele era um machão e achava que a mulher devia comer debaixo dos pés dele. Os homens acham que a mulher é propriedade deles”. Uma senhora idosa, afirmou: “a mulher apanha quando dá lugar. Acho que a mulher deve ficar calada e não contrariar o homem”.

É possível observar um processo de construção e desconstrução do discurso instituído. A família não é uma realidade isolada, autônoma. Parece haver uma sobrecarga na figura da mulher e uma culpabilização da mesma, caso ocorra insucesso na socialização dos filhos, conforme os padrões socialmente desejados. Disse uma jovem mãe na reunião de grupo: “se uma menina fica grávida, a culpa é da mulher que não soube educar. Se um menino vai para a rua e se torna usuário de drogas, a culpa é da mãe que não soube educar o menino”. A mulher é, então, a principal responsável pelo orçamento doméstico e também pelo “bom” comportamento de filhos e filhas, segundo normas de conduta socialmente aceitas. Não há uma violência pura, ou dominação. Existem também relações de reciprocidade e de companheirismo, cultivando-se a solidariedade grupal, na constelação mãe-filhos e vizinhos. As famílias no Vale das Dunas do Abaeté e, sobretudo as mulheres, na maioria afrodescendentes, enfrentam o desafio de superação das enormes desigualdades sobre as quais a sociedade brasileira se assenta, de instrução, de renda, de oportunidades. Estas desigualdades dificultam a sua participação política. Existe uma assimetria na distribuição de papéis e responsabilidades no interior da família. Homens e

mulheres são afetados (as) de forma diferente pelo meio econômico e social. Há uma sobrecarga sobre a mulher e esta tem menos possibilidade de enfrentar o mercado de trabalho. A persistência da pobreza se associa a fatores culturais e econômicos, sendo que as mulheres vão delineando na Comunidade do Vale das Dunas do Abaeté o seu cotidiano de manutenção e de ruptura.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

São muitas as perspectivas e desafios que se abrem para o debate. Algumas considerações são apresentadas, como resultado do esforço de sistematização sobre a problemática estudada. A hipótese inicial sobre as representações de gênero articuladas historicamente nas relações sociais mais amplas e nos micro-espacos sociais, contribuindo para a construção e o exercício do poder na família, é dada como confirmada, mesmo refletindo as numerosas nuances que se impõem ao longo da análise do problema e da pesquisa de campo.

As atitudes autoritárias construídas historicamente ainda permeiam as relações no espaço familiar. Estas atitudes são assumidas no nível do cotidiano vivido por muitas famílias, quando incorporam valores diacrônicos na criação e na socialização dos filhos, quando sobrecarregam as mulheres numa relação desigual e autoritária.

Questiona-se, entretanto, o clichê opressor-macho versus fêmea-oprimida como ineficaz para explicar a complexidade do fenômeno do poder na família. Mulheres também incorporam valores sociais rígidos, cristalizando papéis e ratificando a sua própria dominação. Há maneiras violentas de educar as crianças adotadas pelas mães, bem como a violência do homem contra a mulher. A realidade traduz de forma desconcertante esta violência, só que a exercida pela mulher é apresentada de forma mais velada e adjetivada como pretensamente disciplinar no exercício da função socializadora. A violência do pai contra os filhos, além da física, apresenta formas diferenciadas, ao assumir uma atitude de negligência e de omissão diante das obrigações decorrentes da paternidade. A literatura revisada permitiu compreender a violência, a exemplo da reflexão foucaultiana que analisa o poder como constelações dispersas de relações desiguais que se constituem num campo social de força.

O cotidiano não é uniforme. Não se pretende tipificar as mulheres como autoritárias, nem como núcleo de resistência às mudanças. Pelo contrário, elas se mostram como propulsoras das mudanças, apesar das ambigüidades. Há por parte delas uma atitude de reação à dominação, de resistência e de tomada de posição. Mulheres jovens questionam o poder de mando nas relações homem-mulher, enquanto mulheres mais idosas reforçam este poder, legitimando-o. É uma dinâmica contraditória.

A segunda hipótese de que os movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para a questão de gênero, vêm contribuindo para a construção de relações sociais mais democráticas e solidárias também foi confirmada. Entretanto esta confirmação é feita com reservas, considerando-se a situação concreta vivida por aquelas famílias, num cotidiano de pobreza, de desigualdade, de falta de oportunidade e de acesso aos direitos sociais básicos.

É importante considerar os limites à participação popular democrática, cidadã. A família no Vale das Dunas do Abaeté vive do mercado de trabalho informal. São pessoas afrodescendentes, na maioria, mulheres sem acesso à educação, à habitação, à saúde e ao lazer, vivendo numa situação de extrema adversidade e penúria. Não se pode discutir gênero como categoria isolada e desarticulada da violência mais ampla, como a violência do Estado e do sistema de representação brasileiro. Entretanto o feminismo vem sendo engendrado por ações diretas de grupos que vêm questionando as formas de subordinação de classe, de gênero e de etnia.

São incipientes os mecanismos de participação da família, considerando as condições objetivas de vida. É preciso entender a inscrição destas famílias nas relações sociais mais amplas, as condições historicamente determinadas, para se poder analisar o seu cotidiano e o processo crescente e sistemático de exclusão.

Considera-se que o movimento feminista, ao lado de outros movimentos sociais, como o de defesa do direito de morar, do direito à terra, contra a violência e a discriminação vêm contribuindo para a construção de relações mais democráticas na família de “classe popular”. É um longo caminho. O desafio está colocado; espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar o debate e, quiçá, pensar alternativas de ação no enfrentamento das problemáticas aqui analisadas.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. O novo espírito científico. Presses Universitaires de France, 1934. Lê nouvel esprit scientifique. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa Edições 70.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. “A escolarização em famílias da classe trabalhadora”. In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo (42), ago-1982, p. 27-40.

CASTRO, Mary. (1992). “O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos”. In: Cadernos CRH, Salvador, (17), 1992, p. 80-105.

_____. “Trabalho, gênero, raça: quais os desafios políticos?”. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.). Trabalho e gênero – mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, São Paulo: Ed. 34, 2000, 384p., p.367-375.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia – o discurso competente e outras falas. 3.ed. São Paulo: Cortez:2000.

CUNHA, Manuela Carneiro de. Antropologia do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DURHAM, Eunice. “Família e casamento”. In: Encontro Nacional da ABEP. 3. Anais, Vitória: ABEP, 1982, p. 31-49.

FOUCAULT, Michael. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1976, 295 p.

_____. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FUKUI, Lia. “Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas”. In: SILVA, Luiz A. Palma, STANISCI, Silva Andrade & BACCHETTO, Sinésio (Orgs.). Famílias – aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS, São Paulo: FUNDAP, 1998, p. 15-22.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. 3.ed. Revista e atualizada, Petrópolis: Vozes, 1992.

LOPES, J.B. & GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família: a década mais que perdida. São Paulo em perspectiva. Fundação SEADE, 4 (1): p. 100-109, jan/mar/1990.

MARX, Karl & ENGLS< Friedrich> “Manuscritos econômicos filosóficos”. In: FROMM, E. Conceito marxista do homem. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. Revista Debate Feminista (n. especial em português). México:2001, p. 29-47.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSSCHINI, Cristina. (Orgs.) Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade. 7. ed., São Paulo: Cortez, 2000.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil para análise”. Educação e realidade. Mulher e Educação (Número Especial). Porto Alegre: vol. 16, n. 2, jul/dez 1990, p. 5-22.

STOLCKE, Verena. “Mulheres e trabalho”. In: Trabalho e dominação. Estudos CEBRAE, n. 25, 1989.

URBIS (Urbanização e Habitação da Bahia S/A). Caracterização Sócio-Econômica do Loteamento do Vale das Dunas. PRODEB. Tecnologia da Informação. Governo do Estado da Bahia, 1997.

VALCÁRCEL, Amélia. “Es el feminismo uma teoria política e uma ética?” Debates Feministas. Ano 6, vol. 12, México: 1995, p. 122-140.

VARIKAS, Eleni. “Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da paridade entre os sexos”. In: Revista Estudos Feministas. N. 1, vol. 4, Rio de Janeiro: CIEC, 1994, p. 65-94.